

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO SUPERIOR

Rebeca Pereira de Siqueira Leite; Yara Reis Melo; Keilla Rebeka Simões de Oliveira; Juliana Ferreira Gomes da Silva;

(Universidade Federal de Pernambuco. rebecaleiteufpe@gmail.com; yarareis7@gmail.com; keilla.rso@gmail.com; julianafgs@yahoo.com.br)

Resumo

É fato que a educação é um direito de todos. Contudo, a história nos mostra que pessoas com deficiência física já foram muito marginalizadas e excluídas de ambientes educacionais. Nos últimos anos, a partir da sanção de leis que garantem o acesso à educação e também da conscientização da sociedade, a educação inclusiva vem ganhando cada vez mais espaço, quer seja na mídia, nas pesquisas, quer seja em seu lugar de direito: a sala de aula do ensino regular. Porém, apesar dos avanços, não se pode esquecer que existem dificuldades reais, algumas de ordem geral, outras que surgem no acompanhamento das particularidades de cada caso. Levando isto em consideração, este trabalho teve por objetivo investigar as principais dificuldades vivenciadas por uma estudante com deficiência física no curso de graduação em Psicologia de uma instituição federal de ensino superior. Para tal, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com a estudante, sobre sua história de vida, especialmente suas experiências de inclusão na escola e na universidade. A entrevista foi gravada em áudio. Em seguida, foi feito um levantamento das principais dificuldades enfrentadas e, também, elaborado um plano de ação com intuito de mitigá-las. As ações aqui propostas podem ser generalizadas para outras situações com estudantes em condição semelhante. A análise do caso foi realizada a luz de conhecimentos da educação inclusiva e da psicologia.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Física, Ensino Superior, Psicologia.

Introdução

A educação inclusiva implica no aprofundamento das reflexões em torno do processo de ensino e aprendizagem com a necessária reestruturação do sistema educacional, a fim de que pessoas com necessidades especiais, deficientes ou não, sejam atendidas nas suas especificidades e particularidades, satisfazendo suas necessidades de aprendizagem (HANSEL; ZYCH; GODOY, 2014). De acordo com Mantoan (1997), a educação inclusiva significa convidar aqueles que têm esperada para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participarem da completude de suas capacidades – como companheiros e como membro.

Desse modo, a educação é um direito de todos. Muito já se avançou em termos de constituição e leis para garantia da educação a todos, independentemente de suas especificidades. Entretanto, sabe-se que na prática ainda há muito a avançar e barreiras a derrubar para que a inclusão de fato ocorra. É

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

necessário que as instituições educacionais se estabeleçam levando em conta a extensa diversidade de características e necessidades. Devem fazer as reestruturações necessárias para a inclusão e permanência do aluno com necessidade educacional especial. Para isso, podem ser utilizados recursos pedagógicos, materiais e instrumentos adaptados, como modificações nas avaliações, nos currículos, entre outros; além de reestruturações arquitetônicas, de modo que se facilite e promova a inclusão. Ademais, Sasaki (2009) ressalta a importância da dimensão atitudinal e os desafios que se impõem a sua plena realização.

O movimento da educação inclusiva é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais ao longo da história, em relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência. Na antiguidade, estas pessoas eram marginalizadas, segregadas e abandonadas. Em Roma, por exemplo, era permitido aos pais matarem as crianças que nascessem com alguma deficiência. Na idade média, correlacionava-se a deficiência à culpa e ao pecado, como se esta fosse a marca física, sensorial ou mental desse pecado (SILVA; CASTRO; CASTELO BRANCO, 2006). No Séc. XIX, há a consolidação da perspectiva científica a respeito da deficiência. Entretanto, as pessoas com deficiência apesar de já terem um tratamento mais humanitário, ainda eram segregadas. Com a revolução industrial e modo de produção capitalista, estas pessoas passaram a ser vistas como potenciais mão de obra e produtivas. E com isso houve a necessidade de estruturação de sistemas nacionais de ensino e escolarização para as pessoas potencialmente produtivas (PACHECO; ALVES, 2007). Entretanto, havia apenas uma integração, apenas uma junção dessas pessoas em sala de aula, mas não havia uma inclusão de fato. Hoje, estamos caminhando para o paradigma da inclusão. Ainda há muito o que percorrer, mas já tivemos avanços.

Dentro desse paradigma estão incluídas as pessoas com deficiência física. Cada vez mais elas têm conquistado seu espaço na sociedade. A deficiência física é definida como:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (SCHIRMER et al., 2007, p.22).

Na deficiência física existem diferentes tipos e graus de comprometimento. Logo, é necessário um estudo sobre as necessidades específicas de cada um. Para que o aluno com deficiência física possa ter acesso ao conhecimento e interagir adequadamente com o ambiente que ele frequenta, é necessário que se crie as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança. Na educação

básica, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve compor uma seleção de recursos e técnicas adequadas a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. A finalidade é que o aluno tenha um atendimento especializado para melhor assisti-lo em sua comunicação e mobilidade. E o AEE faz uso da Tecnologia Assistiva (TA), um auxílio para promoção ou ampliação de habilidades funcionais de pessoas com deficiência, visando sua independência e sua inclusão escolar. A TA busca identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuam para melhor atender a esse aluno (SCHIRMER et al, 2007).

Sasaki (2009) elenca dimensões da acessibilidade, dentre as quais estão: a dimensão instrumental, a dimensão programática, a dimensão atitudinal e a dimensão arquitetônica. A dimensão instrumental se refere aos recursos, isto é, aos dispositivos necessários que facilitam o aprendizado e o acesso aos materiais e espaços de aprendizagem. A dimensão programática, responsável pela revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas da instituição de ensino, a fim de garantir a retirada de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a plena participação de todos os alunos, com ou sem deficiência. A dimensão atitudinal vai tratar das atitudes das pessoas frente a deficiência física. Para isso, é fundamental a realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da instituição de ensino, a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência entre os alunos. Um ambiente de ensino sem preconceito melhora a autoestima dos alunos, contribuindo para uma melhor aprendizagem. A dimensão arquitetônica diz respeito às diversas reformulações no espaço institucional para garantir sua acessibilidade. Dentre estas reformulações estão: guias rebaixadas na calçada defronte a instituição, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da instituição, portas largas em todas as salas e demais ambientes, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, correta localização de móveis e equipamentos, elevadores e rampas no trajeto para a biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes (SASSAKI, 2009).

É importante também a existência de recursos humanos necessários ao Atendimento Educacional Especializado para a deficiência física. São os professores especializados, que tem a função de provisão de recursos para acesso ao conhecimento e ambiente escolar. Eles podem proporcionar ao aluno com deficiência maior qualidade de vida escolar, independência a realização de tarefas, ampliação de mobilidade, comunicação e habilidades de aprendizado. Assim como, juntamente com os diretores escolares, podem realizar parcerias com profissionais de várias áreas do conhecimento, como, arquitetura, engenharia, terapia ocupacional, fisioterapia,

fonoaudiologia, entre outras, para melhor atender o educando. No caso de comprometimentos graves que necessitem de acompanhamento mais sistemático, faz-se necessário a presença de um acompanhante. São esses recursos que promovem aos alunos com deficiência física a autonomia, a segurança e a comunicação, para que eles possam ser inseridos nas classes regulares. O AEE e a TA são fundamentais para o aprendizado e desenvolvimento do aluno com deficiência física. A partir deles, pode-se valorizar o jeito de ser e fazer do aluno, e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades, retirando dele o papel de espectador e atribuindo a ele a função de ator (SCHIRMER et al, 2007).

Observa-se que ao passo que os níveis de escolarização vão se elevando, as contribuições na área da educação inclusiva no ensino superior ficam mais escassas. Segundo Ferrari e Sekkel (2007), é importante considerar os mais pobres e os negros, visto que sofrem muito preconceito na sociedade, no entanto, não se deve deixar de dar visibilidade a outros alvos de preconceito e também exclusão no nosso país, como as pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, ao pensar no preconceito como forma de manifestação individual, mas tendo sua origem no social, é de se prever que tal preconceito se manifeste nas salas de aula. Com isso, é importante pensar em estratégias de superar essas questões, por meio da conscientização, e que ela deve ser iniciada pela formação dos professores do ensino superior, pois é imprescindível para ultrapassar e reconhecer as necessidades dos alunos, a partir de reflexões sobre as atitudes que se deve ter frente às diferenças.

Apesar das pesquisas ainda serem escassas na área de educação inclusiva no ensino superior, algumas iniciativas, como o Programa USP Legal no ano de 2005, surgiram com o objetivo de fornecer subsídios para professores e alunos com necessidades de educação especiais, com deficiência física e sensoriais. Tais práticas são necessárias, pois fornecem subsídios e legitimam novas práticas educacionais. É fundamental uma análise das dificuldades e necessidades encontradas pelos alunos com necessidades especiais no ensino superior e readequações necessárias para garantia de acesso.

Assim como nos demais níveis de ensino, trata-se de assumir o debate proposto a partir da inclusão, para repensar modelos e objetivos educacionais também no ensino superior e encarar as questões da flexibilização do currículo, da necessidade ou não do especialista, da aplicação das provas especiais como forma alternativa de avaliação[...] (FERRARI; SEKKEL, 2007, p. 8).

Com isso, percebe-se a importância da educação inclusiva, visto que esta pressupõe que todos participem das decisões das questões de sala de aula, da instituição, além dos materiais adequados e necessários para cada necessidade. Assim, a existência de professores com uma

formação pedagógica voltada para a inclusão é de suma importância para o reconhecimento e a integração dos alunos com necessidades especiais.

Todas as questões abordadas até aqui demonstram que todos devem participar ativamente desse processo de construção de uma educação inclusiva no ensino superior. De acordo com Ferrari e Sekkel (2007), os professores precisam ser ativos e expor suas dúvidas a respeito. Todos os profissionais e colegas devem estar envolvidos junto à instituição para promover a flexibilização e mudanças curriculares, além de pensarem juntos sobre estratégias de aulas.

O Brasil, através da influência de sua legislação, criou o programa de Acessibilidade na Educação Superior, chamado 'Incluir', responsável por propor ações para garantia de acesso, aumentando os núcleos de acessibilidade (NACE) nas instituições federais de Ensino Superior, possibilitando a integração das pessoas com deficiência na seara educacional e social. As universidades do Brasil inteiro apresentam suas propostas e, se atenderem às exigências do programa, recebem apoio financeiro do Ministério da Educação - MEC (LIMA, 2017).

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo investigar as principais dificuldades mediante a instituição e vida acadêmica vivenciadas por uma estudante com deficiência física em instituição federal de ensino superior. Além disso, buscou-se propor ações e mudanças necessárias para que a aluna possa desenvolver suas habilidades funcionais e potencialidades.

Metodologia

Participante

Estudante do quarto período do curso de graduação em Psicologia de uma instituição federal de ensino. A estudante, aqui denominada de M.H¹, sexo feminino, 21 anos de idade é portadora de deficiência física. Possui diagnóstico de Malformação Congênita, que se refere a alterações de estrutura, função ou metabolismo presentes no nascimento, que resultam em anomalias físicas ou mentais, podendo ou não ser simples ou múltiplas e de maior ou menor importância clínica (PEREIRA et. al., 2008). Ocorre em menos de 1% dos partos (ABCMED, 2016). M.H possui malformação nos membros inferiores, possui todos os ossos, porém são encurtados e malformados.

¹ No trabalho foram utilizadas apenas as iniciais do nome da participante para preservação de sua identidade.

Instrumentos/Procedimentos

Foi realizada uma entrevista semiestruturada na própria universidade, gravada com o auxílio de um celular com gravador de áudio, com a autorização da estudante. As perguntas realizadas estiveram voltadas para os seguintes temas: dados pessoais, infância, vida escolar, família, relacionamentos, lazer, a deficiência, dificuldades na vida e na universidade.

Resultados e Discussão

De acordo com Hansel; Zych; Godoy (2014), todos têm direito a educação. E faz-se necessário que as instituições de ensino façam as devidas reformulações para garantir uma educação de qualidade para pessoas com necessidades especiais.

A acessibilidade aos espaços públicos e privados é um direito das pessoas com deficiência garantido na Lei nº 10.098/2000. É também assegurado às pessoas com deficiência a acessibilidade a educação, as instituições de ensino. De acordo com o Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24).

M.H relatou algumas dificuldades de acesso na universidade. Observa-se que essas dificuldades surgem do que aparentemente seria uma ação inclusiva. Por exemplo, a estudante tem aulas em um prédio com disciplinas ofertadas em andares distintos. Entre um andar e outro, há rampas. Contudo, segundo a estudante, essas rampas não tornam a locomoção entre os andares acessível por terem sido construídas com angulação bastante íngreme. Assim, a estudante não consegue ter autonomia para subir as rampas, relatando que já capotou algumas vezes, necessitando sempre de auxílio. Este dado nos mostra que para além de construir rampas, é preciso fazê-las com angulação correta, seguindo as orientações arquitetônicas inclusivas. Na instituição ora relatada, a necessidade de correção das rampas já foi encaminhada para o setor responsável.

Outro dado colocado pela estudante diz respeito a necessidade de que haja uma cadeira de rodas disponível no prédio. Atualmente, a cadeira utilizada pertence a outro centro. Sabe-se como os instrumentos são importantes para promover a inclusão de pessoas com deficiência. Neste caso, a cadeira de rodas é instrumento indispensável para locomoção de maneira rápida e segura. Sendo assim, destacamos a necessidade de assegurar, sempre que possível,

instrumentos que favorecem o processo educacional inclusivo dos estudantes.

No que concerne à dimensão atitudinal (SASSAKI, 2009), percebe-se a necessidade de conscientizar docentes, estudantes e técnicos sobre a inclusão de estudantes com necessidades específicas no ensino superior. Ações individuais podem gerar barreiras significativas, como o exemplo relatado pela entrevistada de que frequentemente há carrinhos de limpeza dificultando o acesso em banheiros e locais públicos da instituição (Figura 1). Nesta direção, a estudante também coloca que não há compreensão por parte de alguns servidores sobre suas necessidades, uma vez que, por exemplo, se recusam a limpar a cadeira de rodas alegando que não foram contratados para isso. A promoção de eventos, seminários, rodas de conversa sobre a temática da inclusão podem auxiliar a conscientização e reflexão de funcionários e estudantes de modo geral.

Figura 1.



Fonte: foto tirada de celular (2018).

Outra dificuldade apontada encontra-se na localização das vagas de estacionamento destinadas a pessoas com deficiência física. As vagas de estacionamento para deficiente físico estão localizadas na entrada do prédio que está fechada para acesso. Desse modo, a estudante precisa parar o carro de um lado do prédio e fazer todo o percurso circunscrevendo-o para ter acesso à entrada. Uma medida que poderia mitigar essa dificuldade seria transferir as vagas para a entrada efetivamente utilizada no prédio. Novamente, ressalta-se que apesar de haver medidas ingenuamente denominadas de inclusivas, estas não estão atendendo ao público de forma adequada, ou seja, apesar de haver vagas destinadas às pessoas com deficiência física, estas não estão em local funcional.

Além disso, muitas calçadas na instituição encontram-se quebradas ou não são largas o suficiente para manusear a cadeira de rodas. O acesso ao restaurante universitário e à xérox são prejudicados pela ausência de calçadas adaptadas, bem como pela presença de raízes de árvores no trajeto. Vale indicar que a concepção de inclusão apresentada neste trabalho perpassa a acessibilidade a todo e qualquer local da instituição. Há uma concepção equivocada de que basta garantir o acesso à sala de aula para que o deficiente físico esteja incluído, quando se percebe que estar incluído é algo mais amplo, significa ter possibilidade de acesso a qualquer local da instituição, como acontece com as demais pessoas. Portanto, é fundamental que sejam feitas as devidas reformulações estruturais para garantir o acesso de fato a educação, como Sasaki (2009) traz em suas dimensões de acessibilidade.

Outro aspecto importante é a vinculação da estudante ao Núcleo de Acessibilidade (NACE) da instituição, pois, assim, a estudante terá visibilidade frente a universidade e auxílio em suas demandas. Muitas das questões aqui pontuadas já poderiam ter sido encaminhadas ou solucionadas se a estudante estivesse sendo atendida pelo núcleo. A experiência mostra que redes de apoio são fundamentais no auxílio de grupos minoritários que tiveram direitos negados ao longo da história, sofrendo discriminação e preconceito. A seguir, serão apresentados serviços complementares oferecidos pela própria instituição ou por grupos sociais que apoiam a causa. Tais serviços parecem importantes para o pleno desenvolvimento acadêmico-profissional de estudantes com deficiência física.

Redes de apoio

A universidade é composta por diversos cursos e muitos desses cursos oferecem serviços aos estudantes e comunidade. O curso de Fisioterapia, por exemplo, oferece atendimentos gratuitos em sua clínica-escola. O departamento de Educação Física também possui projeto voltado para pessoas com deficiência, é o Projeto Paratleta. Este projeto foi iniciado em 2002 e tem por objetivo proporcionar acesso à prática esportiva para a comunidade de pessoas com deficiência, na perspectiva do exercício da cidadania a fim de assegurar a interação social e a promoção da saúde.

Pessoas com algum tipo de deficiência relatam que a trajetória acadêmica exige muita disposição afetiva e resiliência psicológica, uma vez que frequentemente encontram barreiras atitudinais ou físicas que dificultam seu pleno desenvolvimento. Neste sentido, parece importante que

estes estudantes tenham acompanhamento psicológico e psicopedagógico disponíveis. O departamento de psicologia da instituição possui uma clínica-escola e oferece atendimento psicológico gratuito. Há, também, outras instituições que oferecem serviço semelhante de forma gratuita ou paga, porém com valores populares. São outras opções de encaminhamento.

Outro lugar que M.H pode ser encaminhada e usufruir de diversos benefícios é a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). A AACD é um complexo hospitalar da área de ortopedia, e está entre os melhores. É referência em qualidade no tratamento de pessoas com deficiência física. Além da reabilitação física, a AACD também desenvolve diversas outras atividades, como a inserção no esporte paraolímpico e o empenho em assegurar a plena integração social aos pacientes, promovendo melhorias por meio da superação diária e da orientação de uma equipe multidisciplinar especializada.

A AACD também oferece o Serviço de Orientação à Empregabilidade (SOE), que tem por finalidade promover e favorecer a inclusão de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, oferecendo simultaneamente ações voltadas para as pessoas com deficiência e para as empresas. Todas as atividades do setor são fundamentadas nos princípios de Inclusão, Equidade, Empregabilidade e Empoderamento das partes envolvidas no processo de inclusão profissional. Os serviços oferecidos para as pessoas com deficiência são: orientação profissional, orientação para processos seletivos, orientação sobre legislação, capacitação e qualificação profissional e encaminhamentos para oportunidades de trabalho. E a AACD também desenvolve próteses, órteses, adaptações para cadeiras de rodas e muitos outros equipamentos. Há uma fila de espera para adquirir os produtos ortopédicos, e é regulamentada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, orienta-se que seja feita uma avaliação da disponibilidade (financeira, física, afetiva) do estudante, como também um levantamento dos serviços oferecidos por clínicas-escolas, ONGs e instituições particulares da cidade a fim de criar uma boa rede de apoio e atendimento de suas necessidades.

Conclusões

Portanto, é importante não somente reconhecer que a educação é um direito para todos, mas, de fato, legitimá-la. Observamos que é necessário que o estudante tenha atendimento individual e especializado de acordo com a sua necessidade como acontece com o AEE na educação básica. Além das dimensões da acessibilidade, é importante que haja uma preparação

dos profissionais de educação, com especializações voltadas para a Educação Inclusiva, Psicopedagogia, Neuro, entre outras. Só assim a deficiência será encarada como um percurso com possibilidades e não como uma limitação.

Ademais, faz-se a ressalva de que a inclusão no ensino superior é algo relativamente recente, com maior expressão nos últimos anos, e que necessita de muito investimento, quer seja em recursos financeiros, quer seja em capital humano especializado e estudos na área. Sabemos que as universidades recebem recursos para dar suporte aos alunos com necessidades específicas, mas isso não é suficiente, é necessário que projetos sejam desenvolvidos com intuito de garantir a permanência com qualidade destes estudantes. A conscientização da comunidade acadêmica e a compreensão de que a inclusão é uma ação coletiva parecem ser caminhos norteadores para o início de uma prática inclusiva no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ABCMED, 2016. **Malformações fetais - causas, tipos, diagnóstico, tratamento e prevenção.**

Disponível em: <<http://www.abc.med.br/p/gravidez/1273268/malformacoes-fetais-causas-tipos-diagnostico-tratamento-e-prevencao.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Saraiva, 4.ed. São Paulo, 1990.

_____. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.**

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

FERRARI, Marian A.L Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 27, n. 4, p.636-647, 2007.

HANSEL, Ana Flávia; ZYCH, Anizia Costa; GODOY, Miriam Adalgisa Bedim. **Fundamentos da educação inclusiva.** Paraná, p. 07-99, 2014.

LIMA, Letícia Fortes. **Acessibilidade dos acadêmicos com deficiência Física nas instituições de ensino superior:** uma análise da legislação brasileira para uma prática de educação inclusiva. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62249/acessibilidade-dos-academicos-com-deficiencia-fisica-nas-instituicoes->

de-ensino-superior-uma-analise-da-legislacao-brasileira-para-uma-pratica-de-educacao-inclusiva-1>. Acesso em: 19 jun. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. Cap. 19. p. 1-235.

PEREIRA, Ricardo Jorge da Silva et al. Frequência de malformações congênitas das extremidades em recém-nascidos. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.155-162, ago. 2008.

PACHECO, Kátia Monteiro de Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. Tendências e reflexões: A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 4, n. 14, p.242-248, 2007.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana de Lourdes Barbosa de; CASTELO BRANCO, Maria Cristina Mello. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- Deficiência Física**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2006.

SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física**. Brasília: Seesp/seed/mec, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar. /abr. 2009.